

HISTÓRIA SOCIAL
CONTEMPORÂNEA
PORTUGAL: 1808–2000

Coordenação de

António Costa Pinto

Nuno Gonçalo Monteiro



ÍNDICE

História social contemporânea Portugal: 1808–2000	11
<i>António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro</i>	
A revolução liberal (1807–1820)	17
<i>Nuno Gonçalo Monteiro</i>	
Tradição e mudança	
Ruralidade e reconfiguração social (1834–1890)	69
<i>Jorge M. Pedreira</i>	
A crise do liberalismo (1890–1930)	125
<i>António José Telo</i>	
Um retrato da sociedade portuguesa no salazarismo (1930–1960) . .	175
<i>Álvaro Garrido</i>	
Democratização e mudança social (1960–2000).	217
<i>António Barreto</i>	
Referências cronológicas	259
Bibliografia	265
Índice onomástico	281
Os autores	285

PRÓLOGO

Há duzentos anos, a Europa entrava na terceira década do século XIX, marcada ainda pelos efeitos da era napoleónica, pela criação do Sistema de Congressos e pelos primórdios da Revolução Industrial. Volvido um século, o final da Primeira Guerra Mundial abria caminho a uma fase de otimismo, a qual, porém, cedo conduziria a uma nova guerra mundial e europeia. Cem anos mais tarde, uma Europa mais unida do que nunca prepara-se para enfrentar os desafios que marcarão o decorrer do século XXI. Portugal continental foi protagonista de todos estes momentos da História comum, participando ativamente na configuração atual da Europa.

Ao mesmo tempo, a sociedade portuguesa, como a dos restantes países europeus, sofreu intensas transformações ao longo deste período, o qual é abordado precisamente nesta obra, intitulada: *História Social Contemporânea*. Cinco prestigiados especialistas, encabeçados pelos historiadores António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, analisam, em outros tantos capítulos, a forma como decorreu esta transformação da sociedade portuguesa, tomando como referência a cronologia apresentada inicialmente na coleção *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, promovida pela Fundação MAPFRE e pela Editora Objectiva, da qual fizeram parte estes textos.

Parece-nos particularmente interessante propor, no momento atual, uma releitura destes textos, juntamente com a introdução

preparada pelos coordenadores da obra, para analisar e avaliar os vários processos que foram definindo a sociedade portuguesa e a sua população durante o período contemporâneo.

A Fundação MAPFRE deseja agradecer à Editora Objectiva por ter mantido esta frutífera parceria entre as duas instituições, em prol da difusão da cultura portuguesa e da História de Portugal.

Fundação MAPFRE

HISTÓRIA SOCIAL
CONTEMPORÂNEA
PORTUGAL: 1808–2000

António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro

A história social não é uma das designações mais difundidas de entre o vocabulário dos historiadores. E, no entanto, foi aos indicadores sobre a sociedade que mais se recorreu quando se pretendeu destacar o «atraso» ou desfasamento português, sobretudo, ao longo do século XX. Invocava-se então a elevadíssima mortalidade infantil, as altas taxas de analfabetismo ou a persistente emigração para identificar as arrastadas maleitas portuguesas, cuja responsabilidade se atribuía, sobretudo, ao regime político, em particular ao Estado Novo.

Embora fossem frequentes no primeiro liberalismo português as referências à sociedade e ao social, a expressão «história social» tardará a ser utilizada e ficará geralmente restrita a um uso muito contextual. Só no último quartel de Oitocentos se tornará menos rara, aparecendo então por vezes com um cunho claramente democrático e pós-liberal, associada à «questão social». Apesar da importação do vocabulário político e da receção da novelista francesa, com a sua incontornável incursão nos temas «sociais», a expressão não era recorrente na cultura liberal e republicana portuguesa. É verdade que, quando se quer sublinhar a relevância de uma matéria, é a sua dimensão social que se invoca. Alexandre Herculano, designadamente, sustentará que «as biografias das famílias ou dos indivíduos nunca podem caracterizar qualquer época; antes pelo

contrário, a história dos costumes, das instituições, das ideias, é que há-de caracterizar os indivíduos», ou «a revolução de Mouzinho não será apenas económica, mas também política e social». Às vezes, há alusões explícitas surpreendentes, como numa das primeiras incursões pseudonaturalistas de Camilo Castelo Branco, em *Eusébio Macário* de 1879, que leva como subtítulo, «História natural e social de uma família no tempo dos Cabrais»...

Significativamente, o termo difunde-se mais no início do século xx. Jaime Cortesão (1884–1960) escreverá em 1928, nos *Factores Democráticos na Formação de Portugal*, que «A História Social domina hoje a História». Mas será no campo político contrário que aparecerá em 1949 uma primeira e pouco conhecida história social de Portugal, postumamente publicada em 1949 em Paris e em francês, e com uma fotografia de Salazar ao lado da folha de rosto, da autoria do sociólogo, discípulo de Frederick Le Play, Paul Descamps (1873–1946). Com uma incursão geográfica e na história remota, o livro é uma apologia pouco subtil do Estado Novo. Depois, as referências ao social tornar-se-ão mais recorrentes, refletindo em diversos casos a difusão de certos tópicos do marxismo nos meios da oposição o regime. De facto, pondo de lado a historiografia medieval, pode sugerir-se que o panorama só começaria a ser parcialmente modificado a partir de meados do século xx, quando ressurge o interesse e a pesquisa sobre temas políticos como o liberalismo, o movimento operário e a I República, por um lado, e a atenção crescente pelas implicações sociais de economia, por outro. As dimensões «sociais» da história remota e mais próxima ocuparão já um lugar de realce antes de 1974, mas serão sobretudo os novos contextos ulteriores que permitirão a sua expansão em múltiplos domínios.

De facto, a periodização adotada neste volume retoma a que foi estabelecida para uma publicação internacional que se reportava a contextos mais amplos, ibéricos e atlânticos,

em particular¹, e predominantemente circunscritos em função de balizas políticas. No entanto, os capítulos sobre A revolução liberal, 1807–1834; Tradição e mudança: ruralidade e reconfiguração social, 1834–1890; A crise do liberalismo, 1890–1930; Um retrato da sociedade portuguesa no salazarismo, 1930–1960; e Democratização e mudança social, 1960–2000 não se reportam fundamentalmente a referentes políticos. Ao invés, pela mão de Nuno Gonçalo Monteiro, Jorge Pedreira, António José Telo, Álvaro Garrido, e António Barreto, este livro pretende debater os impactos sociais das viragens políticas ou, mais exatamente, de que forma se combinaram com as mudanças e as continuidades na sociedade portuguesa.

O ponto de partida do capítulo 1 é o colapso imperial que abre um ciclo de intensa polarização política, o qual, perdida a maior parcela do império atlântico, culmina num momento de rotura institucional e política indiscutível assinalado pelo triunfo liberal em 1834. Até que ponto a transformação institucional e jurídica se combinou com a mudança nas elites dirigentes e, sobretudo, com alterações sociais mais globais é o que se discute no capítulo 2. Os limites da industrialização e da urbanização são algumas das condicionantes da crise do liberalismo, pautada por duas mudanças sucessivas de regime político, que se discutem no capítulo 3. O capítulo 4 é consagrado por inteiro à forma como o Estado Novo procura entrecruzar e moldar a sociedade portuguesa, até que os equilíbrios construídos são questionados pela mobilização política interna em 1958 e pela guerra colonial.

¹ Este volume constitui uma versão revista e ampliada dos capítulos consagrados à População e Sociedade da *História Contemporânea de Portugal: 1808–2010*, 5 vols., Lisboa, Objectiva, 2013/2015, sendo publicado por iniciativa da Fundação Mapfre. Os capítulos sobre a vida política foram já editados com o título *História Política Contemporânea: Portugal 1808–2000*, Lisboa, Objectiva/Fundação Mapfre, 2019. Os volumes originais foram coordenados por Jorge M. Pedreira e Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Tavares de Almeida, Nuno Severiano Teixeira, José Luís Cardoso e António Costa Pinto.

O último capítulo (5), ocupa-se de como os anos de guerra, de colapso da ditadura e de conflituosa construção democrática, são afinal aqueles nos quais tem lugar a mudança social que afeta a maior parte dos portugueses e que faz com que o Portugal do século XXI seja, por fim, uma sociedade urbanizada.

A opção de escrita sintética e com escassas referências textuais foi uma escolha de partida na redação deste volume, complementado pelas bibliografias finais. Procurou-se deste modo facilitar a leitura e concitar os leitores a acompanharem os autores neste itinerário de mudanças e de permanências, onde os tempos dos pais parecerão a muitos, felizmente, a evocação de um mundo já muito distante. De resto, as agendas de pesquisas em história social dos últimos anos têm sido marcadas por novos tópicos, como a percepção e produção social das diferenças étnicas ou de género. As sínteses que se apresentam são, assim, o resultado sempre provisório de uma reflexão e de pesquisas que se vão sempre ampliando e renovando.